

O VALOR CULTURAL DO PATRIMÔNIO ETNOGRÁFICO: RESILIÊNCIA, RESISTÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

THE CULTURAL VALUE OF ETHNOGRAPHIC HERITAGE: RESILIENCE, RESISTANCE, AND SUSTAINABILITY

Yacy-Ara Froner

COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS
POVOS INDÍGENAS
RESILIÊNCIA
RESISTÊNCIA
SUSTENTABILIDADE

Os direitos dos povos indígenas pressupõem o reconhecimento de sua autonomia como coletividade e prerrogativas enquanto cidadãos, principalmente a partir da Constituição de 1988. A participação indígena na construção de políticas culturais difere de outros grupos sociais, pois exige a compreensão dos pontos comuns e das diferenças – território, idioma e modos de vida –, principalmente se considerarmos que existem 305 grupos étnicos indígenas no território brasileiro (IBGE, 2010). O objetivo deste artigo é discutir políticas de preservação de tradições culturais indígenas no Brasil, a partir de projetos inclusivos em museus e políticas nacionais de proteção ambiental. Instituições históricas como o Icom (1946), o Icomos (1965) e o ICCROM (1956) desempenham papel fundamental nesse debate e podem congrega a comunidade associada a elas para atuação política, reflexiva e de formação.

ETHNOGRAPHIC COLLECTIONS
NATIVE PEOPLE
RESILIENCE
RESISTANCE
SUSTAINABILITY

The rights of indigenous peoples presuppose the recognition of their autonomy as a collective and prerogatives as citizens, mainly since the 1988 Brazilian Constitution. Indigenous participation in the construction of cultural policies differs from other social groups, as it requires an understanding of common points and differences – territory, language, and ways of life –, especially if we consider that there are 305 indigenous ethnic groups in Brazilian territory (IBGE, 2010). The objective of this article is to discuss policies for preserving indigenous cultural traditions in Brazil, based on inclusive projects in museums and national environment policies. Historical institutions such as ICOM (1946), ICOMOS (1965), and ICCROM (1956) play a fundamental role in this debate and can bring together the community associated with them for political, reflective, and training activities.

ISSN 1518–5494

ISSN-E 2447–2484

SUSTENTABILIDADE: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

Em 1968, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, o Conselho Econômico e Social, em sessão voltada à Ciência e Tecnologia, propôs a inclusão do tema Desenvolvimento Humano na agenda da organização. Nesse contexto, foi criado o “Programa Seres Humanos e Biosfera” (1971) com o intuito de promover uma conexão sustentável entre as pessoas e a natureza. À medida que avançou, a ideia original deste programa se materializou na designação de “reservas da biosfera”, soluções baseadas na natureza para o desenvolvimento sustentável. Mais do que isso, por meio dessa rede, formou-se um movimento global que buscou a inclusão de diversas comunidades e a manutenção de seus distintos modos de vida como estratégias de preservação desses biomas. Em 1972, a “Conferência sobre Seres Humanos e Ambiente”, realizada em Estocolmo, na Suécia, ampliou esta agenda, apresentando o primeiro plano de ação sobre o tema através da “Declaração de Estocolmo”, promovendo a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983). Posteriormente, esta comissão, presidida por Gro Harlem Brundtland, usou o termo “desenvolvimento sustentável” pela primeira vez em seu relatório “Nosso Futuro Comum” (1987).

De acordo com o documento, quatro dimensões para o desenvolvimento sustentável deveriam ser vistas de forma integrada: sociedade, meio ambiente, cultura e economia. Em 1992, a premissa de desenvolvimento sustentável foi definida pela “Agenda 21”, adotada pelos governos na Cúpula da Terra no Rio, de 1992 (ECO-92). Desde então, o conceito de desenvolvimento sustentável ampliou seu foco inicial sobre impacto ambiental, englobando questões socioculturais. Em 2016, a ONU lançou o programa “Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a chamada “Agenda 2030”, e em 2018, o Conselho Internacional de Museus (Icom), alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao Acordo de Paris (2015), criou o Grupo de Trabalho sobre Sustentabilidade e Museus com o intuito de aprimorar as discussões institucionais e apoiar os museus em projetos relacionados ao tema. Durante a 34ª Assembleia Geral do ICOM em Kyoto, em 2019, o GT apresentou o resultado de suas discussões, aprovando a Resolução N.1 On sustainability and the implementation of Agenda 2030, transforming our world.

Desde 1968, todos os documentos apontam a necessidade de haver uma cooperação internacional baseada em distintas organizações, com o intuito de se cumprir as metas almejadas, as quais apenas podem ser atingidas a partir de uma visão holística do contexto: não é possível ocorrer preservação ambiental sem a observância dos aspectos que envolvem a cultura, a inclusão dos distintos grupos humanos e seus modos de viver, a equidade econômica e social, a justiça e a garantia dos direitos humanos fundamentais. Assim, questões discutidas no âmbito internacional foram incorporadas ao debate sobre a função social do museu, tais como: o papel dos museus na educação ambiental; a incorporação da agenda em processos curatoriais e de formação de coleções, com a inclusão de temas relacionados aos direitos humanos, ao apartheid, ao colonialismo, às mudanças climáticas e ao meio ambiente; a divulgação, o uso e a proteção de pesquisas sobre recursos naturais; o suporte tecnológico para o planejamento integrado e racional dos recursos institucionais em relação ao uso de energias limpas e protocolos internos de gestão sustentável; o apoio à integração entre políticas ambientais e programas culturais; e a inclusão e o acesso das comunidades aos acervos advindos de sua cultura.

O ICOM, como instituição internacional que agrega instituições de memória desde a sua fundação em 1946, não poderia ficar alheio a este debate, assim como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) e o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM). Nesse sentido, a proposta deste artigo é discutir o papel social de museus etnográficos e instituições inseridas em terras indígenas brasileiras, apresentando alguns projetos desenvolvidos nos últimos anos que têm contribuído para o envolvimento de comunidades nativas em pesquisas relacionadas à preservação da cultura e da biodiversidade.

MUSEUS E TRADIÇÃO INDÍGENA: RESILIÊNCIA

O que é arte indígena? Com esta pergunta, Darcy Ribeiro (1922-1997) abre o segundo capítulo de História Geral da Arte no Brasil, organizado por Walter Zanini (1925-2013) em 1983. De imediato, várias questões são colocadas: qualquer tentativa de colocar a produção de mais de 300 etnias espalhadas no território brasileiro sob uma mesma ótica, é generalizada: há arte e artesanato de sociedades extintas em museus; há arte e artesanato em museus de comunidades não extintas que perderam processos artesanais; há uma produção artesanal cotidiana para uso nas aldeias e venda; há artistas contemporâneos indígenas. Contudo, a produção de objetos em comunidades nativas sempre foi determinada pelo seu uso específico, ritual ou cotidiano, e a transposição desses objetos para o culto museal (Pomian, 1984) nem sempre é compreendida pelas comunidades indígenas. Cabe pontuar que a prática do colecionismo advém de um modelo civilizatório ocidental, além de demarcar um projeto colonialista do século XIX (Froner, 2015), e que este modelo tem sido questionado pelo pensamento decolonial.

Vivendo a vida indígena e tratando de colecionar objetos com propósitos museológicos, sentimos a estranheza que provocava nos índios a nossa ocupação. Para eles, retirar aquelas coisas do uso corrente e retê-las seria como perder a fé de que os homens sejam capazes de continuar a fazê-las (Ribeiro, 1983, p.51).

1. Em 2016, o MEC assinou a Portaria nº .13, voltada às ações afirmativas que envolviam a criação de cotas na pós-graduação, com o objetivo de promover a inclusão de negros, indígenas e deficientes nos programas de mestrado e doutorado; em 2020, o Governo Federal, por intermédio da Portaria nº 545, revogou a Portaria anterior.

No entanto, a relação entre comunidades indígenas e objetos guardados em museus tem se transformado, principalmente a partir da busca pelas agentes indígenas de uma maior qualificação¹; projetos inclusivos desenvolvidos nos museus com as comunidades e por meio de ações internacionais entre povos nativos, como o Fórum Permanente para Questões Indígenas. O fórum, criado como resultado do Ano Internacional das Nações Unidas para os Povos Indígenas do Mundo (1993), atua como um órgão consultivo no âmbito do Sistema das Nações Unidas que se reporta ao Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc).

Apesar de o Tratado de Waitangi (1840) ser um dos primeiros tratados a garantir aos chefes nativos da Nova Zelândia a continuidade da chefia e a pertença das suas terras e tesouros (tsonga em māori), demarcando o direito das comunidades nativas sobre suas terras e cultura, não podemos esquecer que este foi escrito no âmbito de uma política colonialista de ocupação, mantendo-se a soberania da Rainha de Inglaterra sobre esse território nesse documento. Apenas na Carta de Nova Zelândia (1992; 2010), as comunidades indígenas passam a ser consideradas agentes de preservação de sua própria cultura e os debates sobre a repatriação de objetos removidos ilegalmente de seus territórios de origem vêm à tona. Qual o sentido da forma-

ção de um acervo etnográfico? Para que serve a cultura material etnográfica? Qual a função científica, política e social dos acervos gerados pela pesquisa acadêmica e pela etnoarqueologia de contrato? Qual a voz que um objeto tem ao longo do tempo? A quem serve a indústria do passado e as instituições de memória? Ao se entender os fundamentos de uma coleção e sua atualização conceitual, compreendem-se as demandas de uma gestão de preservação e reafirma-se a função social do museu. Dessa função social, emergem os conceitos de resiliência, resistência e reparação.

Resiliência social é a capacidade de lidar com uma crise ou adversidade a partir de processos cognitivos, culturais e/ou emocionais aprendidos anteriormente. A resiliência existe quando, a partir de experiências prévias, o indivíduo ou a coletividade usa processos mentais, comportamentos e conhecimentos técnicos para promover ativos e se proteger dos efeitos negativos dos estressores, em busca do retorno potencial da normalidade. Mesmo que o contexto anterior jamais seja recuperado, marcadores de memória, como as tradições e os modos de fazer, permitem a adaptação, remodelação e geração de um ambiente qualitativo que impacta na estrutura coletiva e no próprio processo individual de ajuste às novas realidades. De que forma a cultura indígena pode incorporar a resiliência como fator interno de fortalecimento de suas comunidades e exemplo para outros modelos sociais, como a cultura ocidental, a partir de sua experiência milenar de manejo do meio ambiente? Estas questões demarcam um ponto de virada no modelo de cultura e nas práticas sociais das instituições de memória.

PROJETOS INCLUSIVOS

É muito comum encontrar informações incorretas sobre a tecnologia de fabricação, as matérias-primas, o uso e o significado de artefatos em acervos etnográficos musealizados no Brasil. Além dessa situação, as comunidades indígenas raramente são envolvidas em projetos de estudo, preservação, exposição ou armazenamento de objetos de sua própria cultura. Desde 1994, Monica Lima de Carvalho, conservadora do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiânia (MA-UFG), tem procurado atuar junto às comunidades, principalmente das etnias Kuikuro e Karajá, dada a proximidade regional do Museu em relação ao Parque Nacional do Xingu (Decreto nº 50.455/1961), e a circulação de indígenas na capital do estado de Goiás. Como resultado de suas pesquisas, em 2012 a pesquisadora publicou sua dissertação de mestrado “Práticas de intervenção em acervos etnográficos em fibra de buriti: artefatos xinguanos e sua natureza simbólica, imagética e material”, e em 2020 a tese de doutorado “Tradição visual: políticas de conservação de acervos etnográficos a partir de práticas inclusivas”, ambas defendidas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Através dessas investigações, os contatos com a comunidade Kuikuro foram ampliados, principalmente devido ao contato com lideranças da Aldeia Ipatsé, localizada no Parque Nacional do Xingu. Em junho de 2012, a pesquisadora documentou, na mesma aldeia, o processamento e a utilização das fibras da palmeira buriti (*Mauritia flexuosa* L. f.) para a construção da cesta de Tathongo (Imagem 1). O projeto de longo prazo produziu um diálogo entre pesquisadores, indígenas, universidades e museu, tornando possível apoiar diversas atividades, incluindo a restauração, a conservação e a preservação dos acervos etnográficos do Museu Antropológico da UFG.



Imagem 1. Mestre Jakalo produzindo a cesta Tatohongo. Aldeia Ipatse, Xingu, junho de 2012. Créditos: Mônica Lima de Carvalho e Yacy-Ara Froner. Apoio PPGArtes/Capes

Essas ações inclusivas não são isoladas. Em maio de 2014, uma comitiva da etnia Baniwa, do Rio Aiari, do estado do Amazonas, participou do Projeto de Documentação da Cultura Baniwa (Prodocult Baniwa), do Museu do Índio-RJ/Funai/Unesco, sob a coordenação do antropólogo Thiago Oliveira. André Baniwa, coordenador da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi), tem atuado na salvaguarda da cerâmica baniwa e dos saberes associados a esta tradição e acompanhou os artesãos Baniwa nesse encontro. Ao ver as peças sendo restauradas e restituídas a um estágio próximo do original, os indígenas tiveram uma outra dimensão sobre o valor de seus artefatos, além da compreensão sobre o trabalho envolvido na conservação de acervos etnográficos. Em 2018, a Coordenação Regional do Juruá, por meio do edital Projetos Culturais do Museu do Índio, realizou a Oficina de Arte Ashaninka entre as mulheres da aldeia Apiwtxa, na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, no Estado do Acre. Mais de 15 jovens entre 7 e 18 anos participaram da oficina e, junto às mestras mais experientes, aprenderam a arte da tecelagem tradicional de seu povo.

Atualmente, diversas instituições têm aberto suas Reservas Técnicas às comunidades de origem de suas coleções, criando um sinergismo ampliado entre os profissionais de museus e membros de grupos indígenas e quilombolas, além de outras comunidades comumente marginalizadas. O resultado de uma pesquisa ICCROM-UNESCO em 2011, indicou que 60% das coleções em armazenamento estão em risco, seja por questões de gestão e documentação, edificação, mobiliário ou acondicionamento inadequados, e que essa situação existe em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento. Em média, apenas 10% das coleções do museu são exibidas e acessíveis ao público, enquanto 90% estão armazenadas. São exatamente essas coleções armazenadas, as que estão submetidas a um maior risco de destruição potencial. Nesses espaços, as memórias dos grupos tradicionais são as mais vulneráveis.

Nos últimos anos, assistimos a inúmeras perdas de importantes coleções, insubstituíveis em relação ao seu valor intrínseco e ao seu potencial de pesquisa, como resultado de crimes, negligência e desastres naturais. No entanto, nenhuma perda foi tão irreparável em relação à memória nacional quanto o incêndio que consumiu toda a exposição e todas as reservas técnicas do prédio principal do Museu Nacional, em 2018. As únicas peças que restaram de coleção etnográfica do Museu Nacional foram

expostas na mostra “Índios: Os Primeiros Brasileiros”, sob curadoria do pesquisador João Pacheco, no mesmo ano do desastre. Esta é uma das únicas coleções restante da coleção etnográfica, pois o incêndio destruiu quase a totalidade do acervo, contabilizado em mais de 25 mil peças: cerca de 1.500 objetos de cerâmica; 3 mil têxteis; 2.200 plumárias; 2.500 cestarias; 8.000 armas; 1.200 instrumentos musicais; 3 mil utensílios domésticos; 4 mil adornos pessoais. Faziam parte desse acervo, amostras de matéria-prima (material botânico e zoológico), além de toda uma documentação audiovisual estimada em 10.574 peças, entre dispositivos; negativos; cópias em papel fotográfico; litografias; pinturas a óleo e pastel; desenhos e esboços de pesquisadores; registro de músicas nativas e a documentação escrita por pesquisas desde o século XIX. Além da coleção etnográfica brasileira, o Setor Etnográfico do Museu Nacional possuía aproximadamente 700 peças africanas; 300 peças europeias; 600 artefatos asiáticos e 300 da Oceania. A importância do acervo etnográfico dessa instituição amalgamava-se à própria história do Museu, uma vez que desde sua fundação o Museu Nacional teria por objetivo promover pesquisas nas áreas de História Natural. As primeiras entradas de artefatos etnográficos datavam de 1821 e correspondiam às doações de objetos procedentes das Ilhas Alleutas, no Alasca. As primeiras documentações referentes à etnologia brasileira são das coletas realizadas na Província de Minas Gerais, no início do XIX: uma carapuça tecida pelos índios Naknanuk e uma pintura a óleo do chefe dos Apiacaz, José Saturnino Juruciary, ao qual foi conferida a patente de capitão dos índios da aldeia Taquara por ter prestado serviços ao império. No acervo, inclui-se a máscara Tikuna que Debret usou como modelo em uma de suas pranchas em estudos realizados no Museu Nacional (Froner, 2001). Foram perdidas gravações feitas desde 1958, cantos em muitas línguas sem falantes vivos, documentos, fotos, negativos e o único mapa étnico-histórico-linguístico com a localização de todas as etnias do Brasil, datado de 1945. A extensão da tragédia é impossível de mensurar, especialmente em relação à cultura material e imaterial das etnias extintas.

Entre os itens do centro de documentação de línguas estava, por exemplo, o mapa original étnico-histórico-linguístico feito na década de 40 pelo etnólogo alemão Curt Nimuendajú, que indicava a localização de todas as etnias dentro do território nacional. O arquivo que leva o nome do pesquisador era um dos mais importantes do país e reunia dados coletados e analisados desde o início do século XX. Agora destruído, o Celin também reunia, além do acervo sonoro com fitas cassetes e de rolo, uma coleção visual com material fotográfico de centenas de tribos do Brasil e de outros países da América Latina ao longo de séculos (Zarur, 2018).

Esse incêndio, em um dos principais museus do Brasil, torna expostas à falta de protocolos antecedentes às perdas que poderiam minimizar os prejuízos; a carência de gestão documental capaz de informar com clareza a população e os órgãos públicos sobre os bens perdidos ou danificados; ou a inexistência de projetos de Gestão de Risco. No entanto, este não é o primeiro incêndio que resulta no apagamento da cultura indígena: em 1967, sete andares do prédio do Ministério da Agricultura, em Brasília, pegaram fogo. Lá constavam diversos documentos do Serviço de Proteção ao Índio (1910-1967), além de diversos registros indígenas resultantes de missões promovidas por este órgão, substituído pela Fundação Nacional do Índio (atual Fundação Nacional dos Povos Indígenas), em 1968.

De acordo com a Associação Americana de Museus, museus têm a responsabilidade ética e legal de assegurar que as coleções em sua custódia estejam protegidas, seguras, íntegras e preservadas (AAM, 2000). Para cumprir esta responsabilidade, as instituições precisam prover condições adequadas de documentação, gestão, acondicionamento e exposição. No Código de Ética do ICOM, está descrito:

1. Los museos garantizan la protección, documentación y promoción del patrimonio natural y cultural de la humanidad [...] 2. Los museos que poseen colecciones las conservan en beneficio de la sociedad y de su desarrollo [...] 3. Los museos poseen testimonios esenciales para crear y profundizar conocimientos [...] 4. Los museos contribuyen al aprecio, conocimiento y gestión del patrimonio natural y cultural [...] 5. Los museos poseen recursos que ofrecen posibilidades para otros servicios y beneficios públicos [...] 6. Los museos trabajan en estrecha colaboración con las comunidades de las que provienen las colecciones, así como con las comunidades a las que prestan servicios [...] (Icom, 2017, p.4)

A cooperação com as comunidades indígenas, atualmente, é primordial em uma agenda sobre sustentabilidade em museus. No Brasil, a partir da década de 1990, surge um movimento de criação de 'museus indígenas' a partir do protagonismo de determinadas lideranças indígenas. Em 1991, surge o primeiro desses museus, o Museu Magüta, na cidade de Benjamim Constant, Amazonas/AM, como resultado de um projeto elaborado pelo Conselho Geral da etnia Tikuna. Nesse cenário, outras comunidades nativas passam a propor projetos no campo museológico: o Museu dos Kanindé, em Aratuba, Ceará (CE); o Museu Kuahi dos Povos indígenas do Oiapoque, no Amapá (AP), reunindo os Karipuna, Galibi Marworno e Palikur; o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuire, em Tupã, São Paulo, referência para os Kainganga, Guarani, Terena e Krenak; o Museu dos Povos Indígenas Yny Heto, na ilha do Bananal, Tocantins/TO, organizado pelos Karajá e Javaé.

Paralelamente, espaços de formação, pesquisa e registro documental de aspectos culturais de diferentes povos indígenas foram estabelecidos, tanto em seu próprio território, como em localidades próximas. Alguns exemplos são o Centro Cultural dos Timbira, em Carolina, Maranhão (MA); o Centro de Formação e Documentação Wajãpi, na Terra Indígena Waiãpi, Amapá (AP); o Centro Cultural dos Kuikuro e a MAWO – Casa de Cultura Ikpeng, ambas no Parque do Xingu, Mato Grosso (MT). (Hussak et al, 2017, p.740)

A autonomia das próprias comunidades indígenas na criação de museus e centros culturais, além de projetos curatoriais contemporâneos – como a exposição “Véxoa: Nós Sabemos”, uma coletiva com trabalhos de 24 artistas indígenas, curada pela também artista Naine Terena, do povo Terena, na Pinacoteca de São Paulo, em 2021 – quebra a longa tradição de olhar os povos indígenas sob as lentes colonialistas e sua produção artística e artesanal como elementos exóticos ou de estudos etnográficos, permitindo o uso das estratégias museológicas como estratégias de resistência, preservação da própria identidade e vocalização das demandas internas dessas comunidades: a polifonia necessária a um museu em um novo tempo. Esses espaços culturais permitem o estabelecimento de “regimes de memória específicos e remetem a uma profunda

relação entre a construção de representações sobre si e as formas de organização e mobilização das populações ameríndias” (Gomes, 2012, p. 12). Considerando sempre perspectivas de valorização, em todos os espaços mencionados ocorrem ações concretas voltadas para o registro, a documentação, a classificação, a conservação e a guarda de expressões materiais e imateriais.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS NA PRESERVAÇÃO DAS TRADIÇÕES INDÍGENAS

No Brasil, apesar das 305 etnias remanescentes, é possível observar muitas semelhanças em seus hábitos e na matéria-prima empregada em seus artefatos, estreitamente ligados à natureza em que habitam. No Parque Nacional do Xingu habitam os povos Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Trumai, Wauja e Yawalapiti, além dos povos Ikpeng, Kaiabi, Kĩsêdjê, Tapayuna e Yudja, integrados nos limites da área. Apesar de sua variedade linguística, esses povos caracterizam-se por uma grande similaridade no seu modo de vida e visão de mundo. Cada um desses grupos faz questão de cultivar sua identidade étnica; se o intercâmbio entre as aldeias celebra a sociedade alto-xinguana, também promove a celebração de suas diferenças. Articulados por meio de uma rede de trocas de objetos, os detalhes estéticos de cada grupo refletem a diversidade técnica no processamento dos materiais.

Atualmente com uma população de cerca de 600 habitantes, os indígenas Kuikuro estão distribuídos em 5 aldeias: Afukuri, Lahatuá, Kuluani, Agata e Curumim, sendo a principal delas a aldeia Ipatse. As palmeiras-de-buriti (*Mauritia flexuosa* L. f.) crescem nas áreas identificadas como buritizais, localizadas nos cursos dos rios Araguaia e Xingu, próximo às aldeias localizadas nessas regiões, e são coletadas apenas em quantidade suficiente para a produção dos artefatos (Imagem 2). Os pecíolos da palmeira são processados logo após a coleta, pois a desidratação natural das fibras dificulta ou até mesmo impossibilita a extração do material.



Imagem 2. Coleta de matéria-prima pelo mestre Jakalo Kuikuro - Rio Buriti, Xingu, 2012. Créditos: Mônica Lima de Carvalho e Yacy-Ara Froner. Apoio PPGArtes/Capes

O Rio Buriti, próximo às aldeias Kuikuro, é a fonte de matéria-prima para a produção artesanal das aldeias. Ele é protegido não apenas pelas leis governamentais que regem a proteção do Parque como um todo, mas principalmente pelos indígenas que dependem do rio para o transporte, a alimentação e o acesso à água.

No Brasil, as distintas etnias dependem da preservação dos biomas onde vivem para a manutenção de seus modos de vida e a preservação das técnicas tradicionais de produção de seus artefatos. Os buritizais, presentes nos estados Amazônia, Brasil Central, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Piauí e São Paulo, em florestas fechadas ou abertas, em solos arenosos e mal drenados, em áreas de até 1.000 m de altitude, encontram-se ameaçados pelas queimadas, pelo desmatamento e pela mineração, principalmente a partir do assoreamento dos rios.

Nos últimos anos, o território brasileiro foi amplamente devastado por incêndios devido à estiagem, à negligência nos sistemas de fiscalização, às ações criminosas ou acidentais. Geralmente associadas às reservas de biosfera protegidas, as terras indígenas são majoritariamente atingidas.

Não há como os museus ficarem fora do debate sobre a proteção dos biomas e das comunidades indígenas, pois, correm o risco de se transformarem em depositários de artefatos mudos, descontextualizados e silenciados pela manutenção de um discurso arcaico colonizador, hierárquico por natureza e despolitizado diante das demandas atuais, tanto em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável quanto em relação ao comprometimento institucional diante das mudanças climáticas.

Not only have indigenous or aboriginal people been poorly represented in climate action, but there are also other marginalized populations that should be better integrated into Adaptation and mitigation planning (Appler and Rumbach 2016). The UNFCCC's Local Communities and Indigenous Peoples Platform is one response to this gap. Solidarity is needed from heritage professionals with those communities most impacted by, or least able to bear the cost of, climate change, including communities in Least Development Countries and Small Island Developing States (SIDS), in order to enable them to safeguard their heritage. This solidarity must be a two-way process with all participants learning from each other's experiences. South-South and Triangular Cooperation should be supported. (Icomos, 2019, p.19)

Um dos desafios anunciado no programa da ONU de 2000 – “Millennium Development Goals” (MDGs) – almejava “garantir sustentabilidade ambiental” por meio da integração dos princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e programas nacionais e internacionais, cujas ações deveriam reverter a perda de recursos ambientais e da biodiversidade, reduzindo à metade a proporção de pessoas sem acesso à água e saneamento básico, melhorando a vida de pelo menos cem milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza até 2020. Cento e oitenta e nove países reunidos em New York endossaram a “Millennium Declaration” (UN, 2000), incluindo o Brasil.

Entre 2004 e 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou cinco relatórios com o título “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento”, conforme compromisso assumido pelo país. Dentre as metas alinhadas com o ODM, o governo federal brasileiro propôs projetos de integração, equilibrando as demandas de crescimento e proteção de recursos ambientais, a partir de

uma metodologia de levantamento de dados, diagnóstico e proposição de políticas públicas. No que se refere a políticas de proteção de florestas, o governo brasileiro investiu na capacitação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e dos órgãos ambientais estaduais, entre 1998 e 2016, objetivando o uso sustentável do território. Foram realizadas reformas na legislação e dado um maior incentivo ao manejo florestal por meio do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), do Zoneamento Ambiental (ZA) e do controle ambiental das áreas protegidas. Entre as principais medidas, destaca-se a criação, em 1998, do “Programa de Prevenção e Controle as Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento” (Proarco/Ibama). Com a implementação, a partir de 2000, do “Programa Nacional de Florestas” (PNF) para promoção do desenvolvimento florestal sustentável, os relatórios do Ipea apontaram novos indicadores, tais como: a proporção de áreas terrestres cobertas por florestas; a fração da área protegida para manter a diversidade biológica sobre a superfície total; o valor e a tipologia de consumo energético e as emissões per capita de dióxido de carbono. Tais indicadores orientaram o governo, entre 2000 e 2014, em relação às políticas públicas voltadas ao setor. Cabe destacar que o relatório de 2004 resalta a importância das 441 áreas indígenas existentes, totalizando 100 milhões de hectares que atuavam como unidades de preservação à biodiversidade. É sintomático o desmonte desse modelo de avaliação a partir de 2018.

De acordo com Paulo Kageyama e João Dagoberto dos Santos (2011), ao analisar o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2007), quatro linhas básicas marcaram a política ambiental do Brasil: i) promoção do desenvolvimento sustentável, não só no aspecto ambiental, mas também no social e no econômico; ii) controle e participação social, com a colaboração qualificada e efetiva da sociedade nos processos decisórios; iii) fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), com a gestão ambiental compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais; e iv) envolvimento dos diferentes setores do Poder Público na solução dos problemas ambientais, chamado princípio da “transversalidade”, com o meio ambiente entrando na agenda de todos os ministérios e demais órgãos públicos. Certamente, os avanços projetados foram menores do que o esperado, no entanto, a agenda das políticas públicas nacionais sempre esteve alinhada com o compromisso declarado em relação as políticas internacionais, e o papel protagonista do país pode ser dimensionado pela referência internacional que o encontro Rio+20, de 2012 assumiu perante a comunidade internacional.

Em 2015, o Brasil sediou a Rio+20, promovendo um fórum estruturante de análise da política ambiental no país. O descompasso da atuação da presidenta Dilma Rousseff, em ambos os mandatos (2011-2014; 2014- 2016), com relação à política ambiental internacional determinou uma crise nesse setor que foi aprofundada com o vice-presidente Michel Temer que assumiu seu posto, a partir do impeachment em agosto de 2016. Três meses após assumir o poder, Temer editou Medidas Provisórias (MPs) indiciárias de sua orientação em relação à proteção ambiental, ratificando atividades de grileiros e madeireiros em áreas preservadas. Nessa conjuntura, o orçamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi reduzido em 51%, de acordo com o contingenciamento de verbas do governo federal publicado no Diário Oficial da União, de 30 de março de 2017, diminuindo drasticamente a capacidade de fiscalização ambiental do Ibama e a atuação do MMA. No mesmo sentido, em julho de 2017, a Advocacia-Geral da União apresentou um parecer, paralisando centenas de processos em an-

damento em relação à demarcação de terras indígenas, a partir do conceito de “marco temporal”. Soma-se a essas ações, a falta de perspectiva de projetos voltados ao financiamento para pesquisa, implantação e uso de energias limpas, nem tampouco para programas de monitoramento dos índices de emissão de CO₂; ou políticas de saneamento básico, ampliação de oferta de água potável, conservação de mananciais e contenção da desertificação. Dados oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe, 2016) mostravam que entre agosto de 2015 e julho de 2016, o país destruiu quase oito mil quilômetros quadrados da floresta amazônica, um aumento de 29% em relação ao levantamento anterior.

A partir de 2019, o governo promoveu mudanças profundas e sem precedentes na condução do subsistema de política ambiental brasileira, alterando radicalmente os fundamentos do Ministério do Meio Ambiente, incluindo seus órgãos gestores, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), além de estruturas governamentais vinculadas às políticas indígenas e de comunidades tradicionais, como as quilombolas. Entre as políticas estruturantes, um processo de revisão de todas as trezentas e trinta e quatro Unidades de Conservação iniciou-se com a condução de Ricardo Salles (2019-2021) como ministro do Meio Ambiente, desde o Parque Nacional de Itatiaia (criado em 1934) até o Refúgio da Vida Silvestre da Ararinha Azul (criado em 2018). Em diversas declarações à imprensa, o ministro informou que um novo desenho geográfico e eventuais extinções dessas Unidades poderiam ocorrer a partir de novos parâmetros técnicos. O Projeto de Lei nº 2362 (2019), de autoria do senador Flávio Bolsonaro, revogava do código florestal as áreas de reserva legal, a fim de possibilitar a exploração econômica dessas áreas. Após pressão pública, foi retirada de pauta, no entanto, distintos projetos de lei apontam um retrocesso na política ambiental brasileira, favorecendo a indústria agrária baseada na monocultura e na criação de gado em larga escala, além do extrativismo vegetal, conforme aponta a nota técnica da Climate Policy Initiative (CPI, 2020). Soma-se a esta política, o desmantelamento dos órgãos de fiscalização, incluindo restrições às multas e desqualificação do sistema de informação, como a exoneração do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o cientista Ricardo Galvão, em agosto de 2019. A demissão do cientista ocorreu após a publicação de dados sobre o aumento do desmatamento no Brasil, repudiado pelo então presidente Jair Bolsonaro (2018-2022).

O aumento do desmatamento e os incêndios dos grandes biomas brasileiros têm relação direta com o desmonte ambiental e o apagamento cultural dos povos indígenas brasileiros. A cada ano, os biomas brasileiros ficam mais perto do ponto de inflexão a partir do qual a floresta não se sustenta e se converte em um ambiente altamente degradado; em um ambiente devastado, os modos de vida tradicionais não podem sobreviver, incluindo. Cientistas calculam que o ponto de virada poderá acontecer entre 20% e 25% de desmatamento e já estamos perto dos 20%. Além de perdas de biodiversidade incalculáveis, o modo de vida dos povos da floresta estaria condenado ao desaparecimento. Como a Amazônia tem importância comprovada sobre o regime de chuvas do continente, seu desaparecimento condenaria também todo o grande agronegócio que se estende pelas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país (WWF, 2021).

CONCLUSÕES

Como estas questões ambientais afetam o patrimônio cultural, em particular, os museus etnográficos e as comunidades tradicionais?

Populations in frontline and marginalized communities and in the global south must have access to opportunities to adapt to the impacts of climate change and to address loss and damage. Knowledge related to the causes, modalities and Impacts of climate change and responses to it should be shared equitably and in a timely manner in order to increase the adaptive capacity and improve the mitigation behaviors of all, and to increase the resilience of people and ecosystems. At the same time, every such community has a unique culture and heritage that represents Endogenous Ways of Knowing including Endogenous Capacities that can be leveraged for climate action. Valuing and promoting these capacities and supporting their ongoing, practical use should be encouraged. The development of Policies and plans related to climate change should be culturally appropriate and participatory, transparent, and accountable to all voices (Icomos, 2019, p.20).

Comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e fundamentadas na agricultura doméstica são diretamente afetadas quando perdem seu território, tanto a partir da destruição do bioma no qual habitam quanto por meio de políticas predatórias que favorecem o agronegócio, o extrativismo de larga escala e a exploração mineral. Nesses contextos, a cultura é afetada em sua totalidade e a dissolução dessas comunidades amplia o potencial de destruição desses biomas.

The 1988 Federative Constitution of Brazil requires that indigenous lands be demarcated and prohibits mining in them unless the National Congress adopts legislation allowing it. A bill permitting mining was proposed in 1996, but it was never adopted. However, the current Bolsonaro Government has made opening up indigenous lands for mining one of its priorities.¹²³ Brazil has seen a notable decline in the demarcation of indigenous lands in recent years. There was no demarcation under the Temer Government (between mid-2016 and the end of 2018) (Doyle, 2021, p.35).

Em 2023, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei n.º 490/2007, que altera a legislação da demarcação de terras indígenas. A discussão do PL-490 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados ocorreu sem ouvir as centenas de lideranças indígenas que se manifestaram publicamente contra a medida. A política implantada parte de uma visão desenvolvimentista predatória, não compreende a sustentabilidade em seus princípios.

Lideranças indígenas têm sido atuantes no Brasil desde o retorno da democracia no Brasil, na década de 1980. No entanto, nos últimos anos, várias lideranças foram assassinadas por questões relacionadas ao acirramento da violência na disputa pela terra: Francisco de Souza Pereira Tukano (1966-2019), Willames Machado Alencar (1977-2019) e Carlos Alberto Oliveira de Souza (1975-2019), líderes de 42 aldeias na região amazônica foram mortos em 2019; Cacique Firmino Prexede Guajajara (1974-2019), Raimundo Benício Guajajara (1981-2019) e Paulo Paulino Guajajara (1993-2019), lideranças atuantes no Maranhão, perderam suas vidas e, até o momento, nenhuma investigação apontou os culpados; Emyra Waiãpi, foi assassinado aos 69 anos no

conflito da terra indígena Waiãpi/Aldeia Mariry, em Pedra Branca do Amapari, no estado do Amapá. Atualmente, vozes indígenas femininas assumiram o protagonismo de vários movimentos, sendo as mais vulneráveis nas invasões das aldeias.

There are around 900,000 indigenous persons in Brazil distributed among 305 ethnic groups. In a country where women account for almost half of the population, indigenous women leaders have “stepped boldly into the political spotlight”. They are protesting against new policies that threaten indigenous peoples’ rights guaranteed by the 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil and recognized by international treaties. On the day President Jair Bolsonaro came to power in January 2019, he issued a provisional measure (Medida Provisória 870) that shifted decision-making power for indigenous reserve demarcations from Fundação Nacional do Índio, the government body established to carry out policies relating to indigenous peoples (in particular the demarcation of indigenous lands), to the Ministry of Agriculture, which is well known to defend the interests of agricultural elites and to favor the exploitation of indigenous lands and territories (Mendes, 2019, p.130)

O marco temporal determina que só poderão ser consideradas terras indígenas aquelas que já estavam em posse desses povos na data da promulgação da Constituição, em 1988, passando a exigir, dessa forma, uma comprovação de posse. O texto ainda flexibiliza o contato com povos isolados, proíbe a ampliação de terras que já foram demarcadas e permite a exploração econômica de terras indígenas. Nesse contexto, não apenas a cultura indígena encontra-se comprometida, mas os biomas dos territórios onde estão inseridos.

A preservação da cultura indígena brasileira depende da manutenção das áreas indígenas demarcadas, da preservação do meio ambiente e do modo de vida tradicional dessas comunidades. Ao longo do tempo, esses povos foram vítimas do processo de colonização, incluindo a escravidão, a remoção de artefatos sagrados das aldeias, a expulsão de suas terras e a perda de sua identidade.

Os direitos de cidadania dos povos indígenas brasileiros pressupõem o reconhecimento de sua autonomia como coletividade distinta. Se a colonização foi marcada pela exploração e pelo tratamento desigual dispensado a esses povos, o conceito de descolonização agora se enquadra na metodologia participativa e interativa de pesquisa envolvendo a cultura material e a cultura imaterial indígena. A integração entre universidades, museus e comunidades indígenas pode gerar um conhecimento sinérgico que abarque o conhecimento tradicional desses povos. Ao reconhecer o valor da arte e da cultura indígena, os objetos podem reverberar uma sintaxe política que compreenda dialeticamente a realidade.

Na atualidade, a recuperação e a manutenção de técnicas tradicionais de produção de artefatos produzidos por comunidades indígenas é a mais vulnerável devido a dois fatores: ambiental, com a destruição dos biomas e dos recursos de matéria-prima necessários à produção de artefatos; cultural, com o apagamento dos modos e técnicas de produção artesanal tradicionais.

Várias questões permeiam essa discussão: como incluir as comunidades indígenas nas atividades gerenciais dos acervos etnográficos? Como preservar os modos de produção e uso de objetos rituais e cotidianos a partir de processos consuetudinários

de ensino e aprendizagem, em pleno século XXI? Como os conceitos de resiliência e sustentabilidade poderiam ser associados à preservação das práticas artesanais e dos modos de vida comunitários em territórios indígenas?

O valor do patrimônio etnográfico não pode ser medido apenas pela régua das instituições, mas pelo significado atribuído pelas próprias comunidades.

Mais do que nunca, movimentos internacionais e ações locais devem compartilhar estas informações e se posicionar, a partir de movimentos sociais em rede, contra processos discriminatórios, expondo à opinião pública a destruição do meio ambiente e das culturas tradicionais no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AAM. Code of Ethics for Museums, 2000. Disponível em: <https://www.aam-us.org/programs/ethics-standards-and-professional-practices/code-of-ethics-for-museums/>.
- AGÊNCIA BRASIL. Únicas peças do acervo indígena do Museu Nacional estão em Brasília, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-09/unicas-pecas-do-acervo-indigena-do-museu-nacional-estao-em-brasil>.
- BELLUZZO, Ana Maria. A Propósito D'O Brasil dos Viajantes. Revista USP, São Paulo (30): 8-19, Junho/Agosto, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25903>.
- CARVALHO, Mônica Lima de. Práticas de intervenção em acervos etnográficos em fibra de buriti: artefatos xinguanos e sua natureza simbólica, imagética e material. Dissertação (mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/JSSS-9HUJPH>.
- CARVALHO, Mônica Lima de. Tradição visual: Políticas de Conservação de Acervos Etnográficos a partir de Práticas Inclusivas. Tese (doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/38229>.
- CPI. Projetos de lei ameaçam código florestal: propostas podem reduzir proteção à floresta, 2020. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2020/09/NT-projetos-de-lei-ameacam-codigo-florestal.pdf>.
- DOYLE, Cathal. Challenges for indigenous peoples' rights to lands, territories and resources, in: UN, State of the world's indigenous peoples: rights to lands, territories and resources, 2021. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/wp-content/uploads/sites/19/2021/03/State-of-Worlds-Indigenous-Peoples-Vol-V-Final.pdf>.
- FRONER, Yacy-Ara. Coleção e arquivo como prática coletiva: A narrativa, a retórica e o semiológico. PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, [S. l.], p. 165–177, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15678>. Acesso em: 9 dez. 2021.
- FRONER, Yacy-Ara. Artefatos xinguanos em fibra de buriti: tathongo, Documentary, 21min. 2013.
- FRONER. As políticas públicas no Brasil em relação às diretrizes internacionais de sustentabilidade, Revista de Estudios Brasileños, 2018, Volumen 5 - Número 10. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reb/article/download/154309/150523/331904>.
- FRONER. YA. Diagnóstico de avaliação e elaboração de projeto de condicionamento

- de coleções em Área de Reserva Técnica – Museu Nacional-UFRJ. Rio de Janeiro: Fundação Vitae, 2001 (acesso restrito).
- FUNAI. Funai realiza oficina de arte entre mulheres Ashaninka, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2018/funai-realiza-oficina-de-arte-entre-mulheres-ashaninka>.
- GOMES, Alexandre Oliveira. Aquilo é uma coisa de índio: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará. 2012. 324 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- HUSSAK VAN VELTHEMI, KUKAWKAI, JOANNY; Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 12, n. 3, p. 735-748, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/xYWhW7jG9R87FwPMPshvxb/?lang=pt&format=pdf>.
- IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf.
- ICCROM-UNESCO. International Storage Survey 2011. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/ICCROM-UNESCO%20International%20Storage%20Survey%202011_en.pdf.
- ICOM. ICOM Code of Ethics for Museums, 2017. Disponível em: <https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOM-code-Es-web.pdf>.
- ICOM. Resolutions adopted by the 34th General Assembly of ICOM, 2019. Disponível em: <https://icom.museum/en/news/resolutions-adopted-by-icom-34th-general-assembly/>.
- ICOM. Working Group on Sustainability, 2017. Em: <https://icom.museum/en/committee/working-group-on-sustainability/>.
- ICOMOS. New Zealand Charter, 2010. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/ICOMOS_NZ_Charter_2010_FINAL_11_Oct_2010.pdf
- ICOMOS. The Future of Our Past: Engaging Cultural Heritage in Climate Action, 2019. Disponível em: <https://indd.adobe.com/view/a9a551e3-3b23-4127-99fd-a7a80d91a29e>.
- IPEA. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) 2004-2014. Disponível em: <http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/publicacoes/odm/>
- ISA. Ceramistas Baniwa reencontram sua cerâmica tradicional no Museu do Índio (RJ). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-rio-negro/ceramistas-baniwa-reencontram-sua-ceramica-tradicional-no-museu-do-indio-rj>.
- KAGEYAMA; SANTOS. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. Revista Faac, Bauru, v. 1, n. 2, p. 179-192, out. 2011/mar. 2012. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/67/31>.
- MENDES, Karla. Resisting to exist: indigenous women unite against Brazil's far-right president, in: UN, State of the world's indigenous peoples: rights to lands, territories and resources, 2021. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/wp-content/uploads/sites/19/2021/03/State-of-Worlds-Indigenous-Peoples-Vol-V-Final.pdf>.
- RIBEIRO, Darcy. Arte Índia. História Geral da Arte no Brasil (Vol.I). São Paulo: IMS, 1983, p.51.
- UN. Questions relating Science and technology, 1968. Disponível em: [https://undocs.org/en/E/RES/1346\(XLV\)](https://undocs.org/en/E/RES/1346(XLV)).
- UN. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common

- Future, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>.
- UN. Report of United Nations Conference on the Human Environment, 1972. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/CONF.48/14/Rev.1>.
- UN. The United Nations Permanent Forum on Indigenous Issues (UNPFII). Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/unpfii-sessions-2.html>.
- UN. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development, 2015. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E.
- UN. United Nations Conference on Environment & Development, Rio de Janeiro, Brazil, 3 to 14 June 1992. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/outcomedocuments/agenda21>.
- UN. United Nations Millennium Declaration, 2000, Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_55_2.pdf.
- UNESCO. The Man and Biosphere Programme. 1971-2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/search/e81adef4-64e2-497f-8492-2c2744c78b48>.
- WWF. Temporada seca começa com recorde de queimadas e devastação em alta na Amazônia e no Cerrado. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?78808/Temporada-seca-comeca-com-recorde-de-queimadas-e-devastacao-em-alta-na-Amazonia-e-no-Cerrado>.
- ZARUR, Camila. É como se fôssemos extintos novamente. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/e-como-se-fossemos-extintos-novamente/>.

YACY-ARA FRONER

Doutora Yacy-Ara Froner, Full Professor, LACICOR - Conservation Science Laboratory, CECOR - Center for Conservation and Restoration of Cultural Heritage, School of Fine Arts - Federal University of Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627 - Belo Horizonte - 31270-901 - MG – Brazil.

froner@ufmg.br